

O PSICÓLOGO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: conexões entre o direito e a psicologia

Rodrigo Valadares¹

Larissa Isaura Gomes²

INTRODUÇÃO: A Psicologia Jurídica é uma emergente área de especialidade da ciência psicológica, se comparada às áreas tradicionais de formação e atuação da Psicologia como a Escolar, a Organizacional e a Clínica. Esta pesquisa apresenta uma breve contextualização sobre a trajetória de atuação do psicólogo no Poder Judiciário brasileiro. **OBJETIVO:** Objetiva reconhecer os marcos históricos, bem como a importância, a finalidade e a especificidade da atuação do psicólogo no judiciário. **METODOLOGIA:** De natureza eminentemente teórica, esta pesquisa revela-se exclusivamente bibliográfica, pois foram selecionados capítulos de livros e produções científicas em bases de dados eletrônicas, a saber: artigos científicos, dissertações, teses e obras clássicas sobre a temática disponibilizadas na internet a partir de critérios de inclusão e de exclusão previamente definidos: idioma, tempo da publicação e conter nas palavras-chave ou no título os descritores delineados. **RESULTADOS:** No ano de 1979, sem remuneração, dois psicólogos se inseriram no Poder Judiciário, no Tribunal de Justiça de São Paulo, via Justiça da Infância e Juventude, atuando nas questões da minoridade junto ao TJSP. Em 1981, os psicólogos voluntários que realizavam um trabalho terapêutico, em uma perspectiva clínica, que ofereciam apoio psicológico visando reintegrar crianças institucionalizadas às suas famílias de origem, foram contratados. Então, passaram a ter como atribuições assessorar o magistrado por meio de estudo de caso, elaborar estudo psicológico, apresentar propostas de intervenção e realizar orientações pertinentes à sua área de conhecimento técnico científico. Em 1985, ocorreu o primeiro concurso público para psicólogos do TJSP, expandindo posteriormente para o país todo. Desde então, o psicólogo intervém com autonomia técnica, junto a diversos tipos de demandas de natureza pública e privada, com vistas a elucidar os aspectos psicológicos que permeiam as relações humanas e sociais, num contexto litigioso, marcado por disputas e conflitos de interesses. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O espaço socio-ocupacional de atuação do psicólogo no judiciário brasileiro foi historicamente reconhecido e legitimado, mas este lugar não está pronto e acabado.

¹Graduando em Psicologia pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC).

²Mestre em Saúde do Trabalhador pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) – RJ. Pós-Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Psicologia. Psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I). Docente da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC) nos cursos de graduação e pós-graduação. Psicóloga no Setor Psicopedagógico da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC).

A Psicologia vem conquistando e construindo um espaço de trabalho na direção da constituição de uma identidade profissional e de um saber vinculados às especificidades do campo judiciário. Esta construção se pauta por meio de uma postura voltada preferencialmente pela Psicologia Clínica, razão da própria história da profissão, e outra mais vinculada com a Psicologia Social, mais enfatizada nos anos recentes, sendo inegável que o trabalho neste campo lida com o sofrimento dos jurisdicionados que se põe cotidianamente para além de uma prática pericial. O saber/fazer do psicólogo neste campo exige uma prática de escuta do outro que deve ser crítica. As funções do psicólogo no âmbito do judiciário não pode se reduzir a uma prática pericial nos moldes em que é definida legalmente.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Psicologia. Direito. Psicólogos Judiciais. Saber/Fazer do psicólogo judicial.